

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE O PPP EM SANTA ROSA DE LIMA/SC.

Sueli Defren - UFSC

Eixo 4: Organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência).

Resumo: Este trabalho apresenta algumas questões levantadas a partir do subprojeto *Projeto Político Pedagógico e Educação do Campo: um estudo sobre o PPP em Santa Rosa de Lima/SC*, ligado ao projeto XXX, desenvolvido no XXX. O subprojeto se propõe a analisar as diversas temáticas presentes na discussão em torno do projeto político pedagógico da escola municipal Centro Educacional Santa Rosa de Lima, ainda em processo de construção. Com isso, pretende-se também refletir sobre a importância do PPP para a Educação do Campo, suas especificidades, limites e desafios. A pesquisa tem como suporte teórico, entre outros, Antônio Munarin, (2010), Magda Soares, Ilma Passos Veiga (1997). Este trabalho é uma reflexão parcial visto que o subprojeto ainda está em andamento.

Palavras Chave: Educação do Campo – Projeto Político Pedagógico – Organização escolar

Breve contextualização histórica

Santa Rosa de Lima é um pequeno município rural localizado nas Encostas da Serra Geral, distante a 120 km da capital. Seus 2.065 habitantes vivem em uma área de 206 quilômetros quadrados e a sua dinâmica econômica é baseada na agricultura familiar, com a produção de alimentos orgânicos, a bovinocultura de leite, a fuminicultura convencional e outras culturas em pequena escala. O desenvolvimento da produção agrícola isenta de agrotóxicos ou qualquer adubo químico, proporcionou ao município o título de "Capital Catarinense da Agroecologia" e ações para o desenvolvimento do turismo sustentável – agroturismo, turismo de aventura, turismo científico e eco turismo, caracterizando a multifuncionalidade presente no meio rural. Conforme Geraldo Locks, (2011, p.28):

Áreas rurais passam a ser compreendidas como espaços de lazer, aproximação e integração de sistemas culturais distintos. Em outras palavras, o espaço rural transforma-se também em opção de turismo. [...] Esse movimento gera novos significados para o campo, enquanto lugar de vida, de bem estar e não mais como exclusivamente produtividade agrícola ou pecuária. Este fenômeno é conhecido hoje como multifuncionalidade.

O município teve sua emancipação política em 10 de maio de 1962. Considerando as condições de isolamento e de infra-estrutura da época, pode-se afirmar que, no período anterior a sua emancipação, houve um amplo processo de "universalização" do atendimento da educação básica no campo. Ainda que de forma rudimentar, parece ter havido preocupação dos gestores em oferecer uma instrução básica: ler, escrever e calcular.

Por volta de 1912, quando os colonizadores se implantaram em Santa Rosa de Lima, as aulas eram ministradas em alemão. Erich Max Stolberg Won Wilke foi o primeiro professor e era pago pelo consulado alemão. Com a campanha da nacionalização do ensino (1938), os professores que ministravam aula em alemão foram proibidos de lecionar, o que gerou problemas de ordem pedagógica, pois os professores contratados não eram bilíngües e haviam dificuldades em comunicar-se com as crianças. Neste período, as escolas eram construídas pelos pais que bancavam a estadia dos professores.

Na década de 50, sete escolas foram distribuídas em comunidades do interior e na sede do município, sendo todas financiadas pelo governo do estado. As escolas eram todas multisseriadas, contavam com turmas de aproximadamente vinte alunos e a distribuição delas atendia à demanda existente. As famílias matriculavam seus filhos, porém quando demonstravam já saber ler e escrever, mesmo que não tivessem completado a quarta série, os retiravam. O argumento apresentado, na maioria das vezes, era que os pais precisavam da "ajuda" das crianças nos afazeres da "roça". Posteriormente, a partir de 1966, o município criou mais dez escolas isoladas.

Em Santa Rosa de Lima, as escolas multisseriadas, nas comunidades, eram de grande importância. Pois ofereciam instrução básica, estavam próximas das famílias e eram pontos de referências nestas localidades. Entre os anos de 1998 e 2005 as dezesseis escolas multisseriadas existentes no município foram fechadas e os alunos passaram a ser atendidos na escola Centro Educacional Santa Rosa de Lima, localizada na área, considerada pela Câmara Municipal para fins estatísticos do IBGE, "urbana" do município. Para convencer as comunidades da nucleação das escolas fizeram-se várias promessas entre elas: melhorias na qualidade de ensino, ampliação de recursos tecnológicos, disponibilidade de recursos didáticos, assistência pedagógica e revitalização dos prédios.

O município conta, atualmente, com três escolas. Sendo elas: Centro de Educação Infantil Recanto Alegre com 105 alunos de 0 a 5 anos; Centro Educacional Santa Rosa de Lima com 95 alunos de 1ª a 5ª séries e a escola de Educação Básica Professor Aldo Câmara com 139 alunos de

6ª a 9ª séries e 95 alunos no ensino médio. Dos 95 alunos do Centro Educacional apenas 17 residem na área urbana do município o que caracteriza esta escola como escola do campo. Como bem ressalta Antônio Munarim (2010, p.12): “a identidade da escola do campo é definida não exclusivamente pela sua situação espacial não urbana, mas prioritariamente pela cultura, relações sociais, ambientais e de trabalho dos sujeitos do campo que a freqüentam”.

Questões sobre o projeto político pedagógico

Esta pesquisa pretende debater questões referentes ao processo de formulação e os sentidos do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a escola do campo, além de explicitar e compreender seus significados, qual sua relação com o ensino e refletir sobre alguns pressupostos que devem orientar esta proposta pedagógica. Pedro Demo (1998, p.248), neste sentido, afirma que:

Existindo projeto pedagógico, próprio, torna-se mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência.

O projeto Político da escola ocupa um espaço de constantes decisões e discussões. Sendo assim, a participação, as resistências, os conflitos, as divergências são atos extremamente políticos, pois o exercício destas ações envolvem nossas relações com debates, sugestões ou opiniões, sejam elas contra ou a favor. Rosa Emília de Araújo Mendes (2000, p.01), assim se refere a esta questão:

Política, aqui pode ser entendida como uma maneira de pensar e agir. Traduz uma visão de mundo [...] Agimos, lidamos com o conhecimento e com o aluno de forma política. A pedagogia como ciência da educação, compreende um conjunto de doutrinas e princípios teóricos que visão subsidiar e orientar a ação educativa.

Ao planejar o PPP deve-se considerar estas duas dimensões do projeto. O pedagógico por implicar em situações específicas do campo educacional e, o político por ser a forma social e coletiva em que todos os sujeitos da escola discutem o Projeto Político-Pedagógico. Ao referir-se às dimensões política e pedagógica do projeto, Marques citando Ana Célia Bahia Silva (2000, p.39), assim se expressa:

Projeto porque intencionalidade das perspectivas de ação solidária. Projeto político porque trata de opções fundamentais éticas assumidas pela cidadania responsável em amplo debate. Projeto pedagógico porque se deve gestar no entendimento compartilhado por todos os envolvidos na atuação da escola sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas.

É importante perceber que o PPP tem se apresentado como objeto de estudos tanto para professores quanto para pesquisadores, perpassando instituições, num âmbito nacional, estadual e municipal, na busca de um avanço na qualidade de ensino. A intenção da temática em questão está em mostrar a importância social do Projeto Político Pedagógico no contexto escolar, uma vez que o seu processo de construção e execução visa planejar a ação presente com vistas à transformação da realidade, pois é em função da melhoria dos serviços educacionais que se considera importante estruturar princípios que norteiam as práticas educativas. Segundo Veiga (2002), os princípios norteadores de um PPP, são:

Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o que significa trabalhar no sentido de garantir acesso e permanência de todos na escola e com qualidade; escola de qualidade é direito de todos; gestão democrática para o princípio consagrado pela Constituição Federal de 1988 e que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Todos os segmentos da comunidade escolar devem participar do processo de decisão; liberdade como outro princípio constitucional, associado à idéia de autonomia, significando a possibilidade de a escola se orientar a partir de suas próprias regras e necessidades; valorização do magistério como princípio central na discussão do Projeto Político-Pedagógico, pois deve ser garantido ao professor formação (inicial e continuada), boas condições de trabalho e remuneração descente.

O termo projeto vem do latim *projectu*, que significa lançar para diante. Projetar, então, é estabelecer um plano, um intento, um desígnio. Assim, a construção de um projeto significa pensar o que se quer, o que se deseja. O projeto parte da vontade de melhorar algo, alguma coisa e, sendo assim, nasce da necessidade de uma realidade existente para uma realidade que se deseja. Nas palavras de Moacir Gadotti (1994, p.579):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para ariscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que para projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é, portanto, o plano de melhoria, logo, de mudança de uma realidade. Essa realidade configura-se no trabalho pedagógico que se realiza

diariamente nas aulas, no currículo, na metodologia, no processo de avaliação, na forma de participação dos pais, nas relações interpessoais, na concepção de educação que a escola defende, na coordenação pedagógica praticada, na forma de gestão implementada. Enfim, todas as ações desenvolvidas na escola, tendo em vista o processo de ensino-aprendizagem, constituem o trabalho pedagógico da escola, que, por sua vez, configura-se no PPP. Como aponta Veiga (2002, p.14):

O projeto político pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação como o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o Projeto Político-Pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

A Lei de Diretrizes e Bases de Educação 9394/96, põe em questão a construção de Projeto Político-Pedagógico, no sentido de reconhecer a capacidade da escola de planejar e organizar sua ação política e pedagógica a partir da gestão participativas em todos os segmentos da comunidade escolar (corpo técnico-administrativo, docentes, alunos, pais e comunidade), num processo dinâmico e articulado. Ana Rosa Peixoto Brito (1997, p.112), assim se refere a essa questão:

O Artigo 12 da Lei 9394/96 defini a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre elas elaborar e executar sua proposta pedagógica. O artigo 14 trata da gestão democrática do ensino público na educação básica, incluindo a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades e local em conselhos escolares e equivalentes.

A elaboração de Projeto Político-Pedagógico não deve ser visto apenas como um instrumento burocrático para satisfazer uma exigência legal, mas também visa dar um novo significado à vida e à atuação da escola, na medida em que essa construção se dá a partir da necessidade de estruturar propostas que norteiem as práticas educacionais.

Neste sentido, a nossa investigação surge das seguintes indagações: como se deu a construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola do Centro Educacional Santa Rosa de Lima? Qual foi a metodologia utilizada na construção do PPP? Como foi a participação da comunidade escolar nessa construção? Qual é a concepção filosófica que a Escola está embasada? Qual é o percentual de alunos no Centro Educacional que residem no meio rural? O que a Escola tem definido no seu PPP para atingir essa população?

Para responder as questões serão utilizados trabalhos de pesquisa e entrevistas com toda a comunidade escolar (professores, funcionários, pais e alunos) para verificarmos a participação

dela no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola. A partir da elaboração do documento, identificar qual é a concepção filosófica em que está embasado o trabalho didático e pedagógico da escola. Buscar junto aos dados informados no Censo Escolar e na matrícula atual qual é o percentual de alunos do meio rural e urbano e posteriormente verificar junto a Direção e professores da escola através de entrevistas se existe algum trabalho ou projeto específico que atenda as características individuais dessas populações (alunos do campo e da cidade).

Verificar no Projeto Político-Pedagógico como está contemplado o atendimento dos alunos residentes na área rural do município, conforme o Decreto Presidencial Nº 7352 de 04 de novembro de 2010, que define políticas de Educação do Campo. Sendo o Centro Educacional uma escola do campo torna-se necessário observar se há algum trabalho ou projeto específico que atenda as características individuais dessas populações (alunos do campo). Conforme o decreto estabelece no seu artigo primeiro, a educação do campo deve ser ofertada a população do meio rural, sendo estes agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores, entre outros. Além disso, também é importante ressaltar o parágrafo terceiro do artigo primeiro, que é o qual vai estabelecer que as escolas do campo deverão elaborar seu projeto político pedagógico, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela união em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste decreto.

§ 1º Para efeitos deste decreto, entende-se por:

I – populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural:

II – escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu Projeto político-Pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

[...]

Em seguida, o decreto apresenta também outra questão importante para ser levantada em nosso trabalho. Diz respeito, dentre os princípios estabelecidos para a educação do campo, à valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos políticos que estejam

vinculado a realidade dos educandos, incluindo a sua relação com o espaço e tempo. No meio rural, podemos perceber, por exemplo, que a relação das pessoas vinculadas ao trabalho na terra, está muitas vezes, marcada pelo ciclos de plantios e colheitas e isto é essencial quando relacionado aos trabalhos e o calendário programados pela escola. Conforme o inciso IV, do artigo segundo:

Art.2º São princípios da educação do campo:

[...]

IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas

Por outro lado, é importante ressaltar que sem o compromisso dos sujeitos da escola, o PPP não se constrói e nem se concretiza. Pois ao assumir a responsabilidade de construir o PPP todos se tornam sujeitos desse processo. Democratizando, assim, as decisões, responsabilizando todos pela sua concretização. O Projeto Político Pedagógico deve apresentar posições que estejam em consonância com as experiências sociais da escola, pois o mesmo busca dar a ela uma perspectiva de curto, médio e longo prazo. Além também de auxiliar na sua organização interna. E é por isso mesmo, que entre outros motivos, este projeto é, além de pedagógico, político, pois envolve a comunidade, suas relações, enfim, a realidade na qual a escola está inserida.

A escola municipal Centro Educacional Santa Rosa de Lima, desde sua criação em 18 de fevereiro de 1999, diversas vezes iniciou discussões referentes ao projeto político pedagógico. Contudo, na grande maioria das vezes discutia-se quem faria este trabalho. Em raras situações, compreendia-se que o mesmo seria o resultado de um trabalho coletivo. Foram diversas tentativas, todavia a elaboração do projeto político, nunca se concretizou.

Mudava a direção e os trabalhos voltavam ao início, já que a iniciativa não era dos professores. Os trabalhos coletivos não aconteceram, contudo, pelas divergências pessoais e\ou político-partidárias locais. Neste caso, o documento estava ausente do contexto escolar do município. Como aponta Arnaldo Nogaro (1995), “a ausência de um Projeto Político Pedagógico impossibilita o desenvolvimento educacional de toda e qualquer escola”.

Para que a construção do Projeto Político-Pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalharem mais ou mobilizá-los de forma instantânea, mas propiciar situações que lhes permitam a aprender a pensar e realizar o

fazer pedagógico de forma coerente. Concordamos com Veiga (2001, p.33) quando afirma que "é preciso entender o Projeto Político Pedagógico da escola como uma reflexão do seu cotidiano. Para tanto, ele precisa de um tempo razoável de reflexão-ação, para se ter um mínimo necessário a consolidação de sua proposta".

O debate do Projeto Político Pedagógico em Santa Rosa de Lima – primeiras análises.

Em 2011, com a parceria realizada entre o projeto XXX, Edital nº XXX, no qual fazem parte a XXX a escola retomou os estudos referentes ao PPP. Como o projeto oferece a vaga de bolsista pesquisador para um educador das séries iniciais, surgiu o interesse imediato pela questão do Projeto Político Pedagógico, uma vez que já era demanda antiga das escolas do pequeno município de Santa Rosa de Lima. Inicialmente, os estudos ficaram por conta de um educador, atual Secretário de Educação. Atualmente, o trabalho segue com a autora deste trabalho, que está aproveitando as discussões em torno da elaboração do projeto para refletir sobre a importância da organização coletiva da comunidade escolar para a autonomia da escola, as condições de trabalho dos educadores, entre outras. Isto também demonstra a importância dos trabalhos desenvolvidos entre a Universidade e as escolas públicas, neste caso, do meio rural.

Os profissionais em educação, do município de Santa Rosa de Lima, dispõem agora de curso de aperfeiçoamento com uma docente do ensino superior. Os trabalhos estão organizados com o tema: o Projeto Político Pedagógico na educação infantil e no ensino fundamental e a organização escolar na educação do campo no município de Santa Rosa de Lima. O curso, que iniciou em abril, terá sua data fim em novembro de 2012. Serão 72 horas de aperfeiçoamento sendo destas 56 horas presenciais e 16 horas à distância.

No encontro, em 04 de junho, a professora responsável explorou a necessidade dos desejos dos profissionais em educação ali presentes. Estes manifestaram seus anseios em relação ao curso e à construção e concretização do PPP. Suas manifestações têm conotações positivas uma vez que tratam de uma perspectiva construtiva e emancipadora de educação. Por exemplo, foram citados como desejos: “educação mais justa; trabalho conjunto pela educação; chegar ao final da carreira conhecendo o PPP (professora em processo de aposentadoria); valorização de todos; educação para todos com qualidade; maior interação entre as escolas e comunidade; aprender mais para ensinar melhor; escola mais significativa para os alunos; respeito às diversidades; novos conhecimentos e oportunidades; trabalhar junto com os pais;

descobrir mais maneiras de trabalhar as diferentes dificuldades; prática pedagógica; como trabalhar crianças com várias idades na mesma turma; avaliação mais justa e mais coerente; continuar a ser educador; construção do PPP; como trabalhar as diversidades (citado por 2 profissionais); PPP possível de colocar em prática, materialização (mencionado por 2 profissionais); uma escola construtiva com ideais avançados; democracia -- mudança no sistema educacional; mais sabedoria; conhecimento (citado por 7 profissionais)". Apenas um professor optou por não manifestar seu desejo.

Neste mesmo encontro discutiram-se, também, os temas: Educação e diversidade e Educação do Campo temas estes que despertaram a participação e o interesse dos professores. Fez-se também um estudo referente à organização escolar. Entendeu-se que o Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar. É fundamental para a construção e execução do projeto envolver todos no processo de tomada de decisões e na execução dessas decisões.

Em outra oportunidade, os profissionais de várias esferas da escola, direção, orientação escolar, e educadores, reuniram-se para leitura, entendimento e discussão do Projeto Político Pedagógico. Na ocasião, foi utilizado como material de referência o PPP da escola estadual do município de Santa Rosa de Lima, a Escola Professor Aldo Câmara. Percebeu-se durante o estudo certa distância entre PPP e prática pedagógica e o desconhecimento de algumas leis como, por exemplo, a matrícula do Ensino Religioso ser facultativa. Ao falar em concepções filosóficas sentiu-se a necessidade de retomar estudos nesta área. Neste ponto, os professores solicitaram à direção o apoio de um profissional capaz de esclarecer e orientar a prática pedagógica.

Com relação ao papel da escola acreditou-se ser de fundamental importância, primeiramente, compreender os objetivos da Escola do Campo para, assim, melhor definir o seu papel. A avaliação foi a grande polêmica. Houve divergências entre reprovar ou não reprovar. A recuperação paralela, direito assegurado em lei, gerou discordâncias e dúvidas. Como fazer e em que momento fazer? O que fazer com os alunos que alcançaram nota necessária? Analisou-se a necessidade do registro da recuperação nos diários de classe. Sugeriu-se apoio extraclasse, de uma hora semanal, para alunos com dificuldades de aprendizagem. Contudo a grande maioria dos alunos não possui transporte escolar no contra-turno. E, não se acredita no comprometimento dos pais para que a criança esteja na escola para tal "reforço de aprendizagem".

Enquanto se pensava projetos para o Centro Educacional, percebeu-se que a escola não oportuniza vivências, ou seja, não possui projetos para o desenvolvimento social da criança. Além disso, não há grande preocupação com cultura, esporte e informática. E, ainda, apesar de ser Escola do Campo o trabalho não é direcionado ao homem do campo.

Em outro encontro, também organizado pelo Projeto da Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolvido no âmbito do Instituto de Educação do Campo, realizou-se um intenso estudo referente à educação do campo com o professor especializado no tema de territorialidades e educação do campo. Este enfatizou a discussão em torno da urbanização das escolas, através do processo de nucleação. Urbanização esta que vem desmerecendo as atividades rurais, além de, ocasionar falta de investimento e apoio às comunidades rurais.

No mesmo encontro, a professora coordenadora do projeto, trabalhou no sentido de desmistificar a idéia de que campo é lugar sem futuro. Em grupos, discutiu-se a condição de Santa Rosa de Lima como município rural e quais as implicações disso para a população. Analisou-se a importância das escolas do campo ter uma educação diferenciada e que contribuições que a educação pode dar à qualidade de vida no campo e ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, agora no último encontro, discutiu-se a temática dos jovens, as leis direcionadas a educação do campo. Foram abordados também conteúdos da preferência dos professores. Percebeu-se que muitos conteúdos essenciais à educação do campo não constam nos PCNs. Sendo assim, em grupos os professores pensaram conteúdos fundamentais à educação do campo e especificidades do município, planejando-se assim, mais uma etapa do Projeto Político-Pedagógico. Estas foram as etapas realizadas para a construção do PPP do município de Santa Rosa de Lima.

Acredita-se que ao final da capacitação a escola Centro Educacional Santa Rosa de Lima possa construir e concretizar seu primeiro Projeto Político-Pedagógico. De fato, uma grande realização tendo em vista que é um trabalho realizado coletivamente, em parceria e que tem como objetivo, sobretudo, garantir aos indivíduos que vivem no meio rural, possam ter condições de acesso a um ensino público, gratuito e de qualidade, resguardando assim a dignidade de homens e mulheres, jovens e crianças do campo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Decreto Lei Nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRITO, Ana Rosa Peixoto de. LDB da “Conciliação” possível à Lei “Proclamada”. Graphitte: Belém, 1997.

DEMO, Pedro. Desafios modernos da Educação. 7 ed. Petrópolis: vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã. 10º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LOCKS, Geraldo Augusto. Representações sociais do rural no território da região serrana catarinense: perspectivas para a pesquisa em educação do campo. IN: PEIXER, Zilma Isabel. VARELA, Iáscara Almeida. (org.). **Educação do Campo**. Lages: Grafine, 2011. 176p.

MENDES, Rosa Emília de Araújo. Projeto Pedagógico em favor da escola. Belo Horizonte: AMAE Educando. Ano XXXIII. nº 291-mai. 2000 ISSN 0102.

MUNARIM, Antônio et. al. **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Ed. Insular: Florianópolis, 2010.

NOGARO, Arnaldo. Perspectiva. Erechim. V.19 n.67 set/95, URI-RS.
Revista Presença Pedagógica. Projeto Político-Pedagógico MAR./ABR. 2012. Editora Dimensão. V.18/N.104 Pg. 12 a 17.

SANTA ROSA DE LIMA. Projeto Político-Pedagógico Escola de Educação Básica Professor Aldo Câmara Santa Rosa de Lima 2011-2012 Estado de Santa Catarina Secretaria de Estado da Educação 36ª Gerência Regional de Educação

SILVA, Ana Célia Bahia. Projeto Pedagógico: Instrumento de gestão e mudança. UNAMA Belém 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, **Projeto Político-Pedagógico: Uma construção Possível**, Campinas: Papiros Editora, 1997.